

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO  
DE OURÉM/PA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 0604001/2026/PMO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBJETO DA LICITAÇÃO:  
AQUISIÇÃO DE 6 (SEIS) AMBULÂNCIA  
TIPO A, DE SIMPLES REMOÇÃO, TIPO  
FURGÃO, PARA ATENDER AS  
DEMANDAS DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURÉM**

**ABRIL DE 2026, OURÉM/PA**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM**

### **COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo nº 0604001/2026/PMO**

#### **1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

AQUISIÇÃO DE 6 (SEIS) AMBULÂNCIA TIPO A, DE SIMPLES REMOÇÃO, TIPO FURGÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURÉM

#### **2. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**Entidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE– GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

#### **3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns de fornecimento de natureza SEM continuidade, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;
- 3.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme lei nº 14.133/2021;
- 3.3.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) ato da publicação do seu extrato, e devem seguir as premissas estabelecidas no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.4.** A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **4. CONSOLIDAÇÃO SOBRE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

- 4.1.** Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração conforme descrito ETP, uma vez que ainda haja saldo na ata vencida.

#### **5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

#### **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**6.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

#### **7. DOS ITENS A SEREM LICITADOS:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNI
01	AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO (TIPO FURGÃO).	UND	6	R\$ 209.218,33
<b>VALOR TOTAL: R\$ 1.255.309,98 (UM MILHÃO, DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).</b>				

##### **7.1. EXIGÊNCIAS DO VEÍCULO:**

**7.1.1.** Deve atender às disposições da Portaria nº 2048/2002 do Ministério da Saúde, bem como às normas aplicáveis do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e demais legislações pertinentes.

**7.1.2.** O veículo deverá ser do tipo furgão original de fábrica, na cor branca, com carroceria em aço ou monobloco, novo (zero quilômetro), com modelo do ano da contratação ou posterior, equipado com portas traseiras de duas folhas, adaptado para uso como ambulância e devidamente regularizado, com alterações na Base Índice Nacional (BIN), em conformidade com a Resolução CONTRAN nº 4/1998 e o inciso V do art. 230 da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

**7.1.3. Adaptação Externa:** O veículo deverá ser equipado com janela de correr instalada na lateral direita e vidros fixos nas portas traseiras, ambos com aplicação de película opaca em filetes, permitindo controle da luminosidade natural. Deverá possuir vedação geral do chassi, de modo a evitar infiltração e acúmulo de líquidos, além de piso com material antirruído. A adaptação deverá observar adequada distribuição de carga, com centro de gravidade otimizado, garantindo melhor estabilidade e dirigibilidade. O veículo deverá manter para-choque traseiro original e contar com reforço nas molas traseiras. As fechaduras e dobradiças deverão ser confeccionadas em aço inox de alta resistência. O grafismo externo deverá conter adesivação padrão “AMBULÂNCIA”, conforme normativas vigentes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

**7.1.4. Sinalização e Dispositivos de Emergência:** O veículo deverá ser equipado com sinalizador visual em formato de barra e/ou arco, com base em alumínio e lente em policarbonato de alta resistência, na cor vermelho rubi, contendo LEDs de alta luminosidade (mínimo de 1W), atendendo às normas SAE J575 e SAE J595 (ensaios de vibração, umidade, poeira, corrosão e fotometria). Deverá possuir sirene eletrônica com potência mínima de 100W RMS, com no mínimo três tipos de tons, além de sistema de megafone com ajuste de ganho sonoro mínimo de 100 dB, conforme norma SAE J1849.

**7.1.5. Deverão ser instalados, ainda:** 02 lanternas ou sinalizadores traseiros em LED de alta luminosidade; farol auxiliar de embarque com foco direcional mínimo de 180°; alarme sonoro acionado pela marcha ré.

**7.1.6. Adaptação Interna:** O compartimento do paciente deverá ser separado da cabine do motorista por divisória com janela de comunicação. Deverá possuir isolamento termoacústico de alta densidade entre a capota e o revestimento, garantindo conforto térmico e redução de ruídos externos. O revestimento interno deverá ser em painéis de alto impacto, produzidos em ABS moldado, facilitando a higienização e assepsia. O piso deverá ser nivelado com compensado naval, impermeabilizado e revestido com material vinílico de alta resistência, evitando infiltrações.

**7.1.7. Mobiliário Interno:** O veículo deverá conter: Armário superior para acondicionamento de insumos; Banco tipo baú para 02 acompanhantes, com cintos de segurança e lixeira acoplada; Revestimento em material lavável e resistente; Estofamento em COURVIN automotivo. A maca deverá ser retrátil, com estrutura tubular em alumínio, equipada com colchonete revestido em material vinílico lavável, cintos de segurança e sistema de engate e fixação no piso, com comprimento aproximado de 1.750 mm.

**7.1.8. Sistema de Oxigenoterapia:** O sistema deverá ser composto por: Cilindro de oxigênio de 7 litros; Suporte com fixação tipo catraca; Válvula, manômetro, fluxômetro; aspirador, umidificador, mangueiras e máscara.

**7.1.9. Equipamentos Complementares:** Deverá possuir pega-mão semi-embutido no teto, em estrutura tubular de alumínio, com suportes para soro/plasma.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

**7.1.10. Iluminação e Sistema Elétrico:** O compartimento do paciente deverá contar com: 04 luminárias em LED de alta luminosidade; 02 tomadas 12V, posicionadas conforme critérios de segurança; quadro elétrico com disjuntores térmicos e fusíveis tipo cartucho; fiação devidamente dimensionada.

**7.1.11. Ventilação e Climatização:** O veículo deverá possuir: ar-condicionado original de fábrica na cabine; sistema de ventilação forçada no compartimento do paciente, por insuflamento e/ou exaustores.

**7.1.12. Características Mecânicas e Gerais:** O veículo deverá possuir: motorização mínima de aproximadamente 1.4; combustível flex (gasolina/álcool); freios com sistema ABS nas quatro rodas; airbag para os ocupantes da cabine; direção hidráulica ou elétrica; sistema de climatização para motorista e passageiro



## 8. FORMATO DE FORNECIMENTO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

**8.1.** Estes itens serão fornecidos de forma parcelada, eventual e futura, conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e cronograma de planejamento da Secretaria Municipal.

#### **9. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA.**

**9.1.** A exigência de garantia da proposta encontra amparo no art. 58, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo proposta de forma excepcional, porém devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, diante de fatores concretos que recomendam a adoção de medidas de maior cautela e controle.

**9.2.** Visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, será realizada a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da soma dos itens que o licitante pretende disputar, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

- I. **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Ourém. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Banco do Brasil, c/c nº 109001-1, agência: 815-X, PM0 Caução, CNPJ: 05.149.133/0001-48.
- II. **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- III. **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Ourém, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

**9.3.** Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução. Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,

**9.4.** A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- 9.5. Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma do valor dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;
- 9.6. A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência;
- 9.7. O comprovante deverá identificar expressamente o número do processo administrativo, o número do pregão/concorrência e o objeto da licitação;
- 9.8. Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata (**regra válida tanto aos não vencedores como aos vencedores**);
- 9.9. Em caso de desistência imotivada, não assinatura ou descumprimento das condições da proposta, a Administração poderá executar a garantia, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 9.10. Informamos que, caso o licitante opte pela modalidade de seguro-garantia ou fiança bancária, a Administração não se responsabilizará pela devolução de quaisquer valores em dinheiro.

## 10. EXIGÊNCIA DE GARANTIA PARA VEÍCULOS:

- 10.1. Considerando as especificidades técnicas e operacionais relacionadas à aquisição de veículos automotores, especialmente no âmbito da administração pública, justifica-se a exigência de garantia por parte dos fornecedores como condição indispensável para assegurar a durabilidade, funcionalidade e qualidade dos bens adquiridos.
- 10.2. A exigência de garantia encontra pleno respaldo no princípio da eficiência administrativa, e visa resguardar o interesse público, evitando custos adicionais com manutenções corretivas, paralisações operacionais e substituições prematuras. Ressalta-se que veículos adquiridos pela Administração são, em regra, submetidos a uso intensivo e contínuo, o que reforça a necessidade de proteção contratual quanto à qualidade e desempenho.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

**10.3.** Nesse sentido, a garantia mínima será de 36 (trinta) meses para os veículos, contados a partir da data do recebimento definitivo, abrangendo integralmente os componentes mecânicos, elétricos, eletrônicos, estruturais e demais sistemas do veículo, bem como a mão de obra necessária para eventuais reparos, conforme padrões estabelecidos pelo fabricante.

## **11. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

**11.1.** Os veículos automotores a serem fornecidos deverão, sempre que aplicável, possuir certificações de qualidade, segurança e eficiência energética e ambiental, a exemplo dos selos de eficiência veicular emitidos pelo INMETRO, no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), priorizando-se modelos que apresentem menor emissão de poluentes atmosféricos e maior eficiência no consumo de combustível. Tal diretriz visa promover a aquisição de veículos mais eficientes sob o ponto de vista ambiental e econômico, contribuindo para a redução dos impactos decorrentes da operação da frota pública, em conformidade com os princípios da sustentabilidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

**11.2.** Adicionalmente, a contratada deverá fornecer orientações técnicas quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados ao longo do ciclo de vida dos veículos, especialmente no que se refere a pneus, baterias, óleos lubrificantes, filtros, peças substituídas e demais componentes automotivos. Sempre que aplicável, deverá ser indicada a existência de rede autorizada, pontos de coleta ou sistemas de logística reversa, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 12.305/2010 e demais normas ambientais vigentes.

**11.3.** Tais medidas visam assegurar que a gestão dos resíduos decorrentes da utilização e manutenção das ambulâncias ocorra de forma ambientalmente adequada, mitigando impactos negativos, promovendo o uso racional de recursos e garantindo que o ciclo de vida dos bens adquiridos esteja alinhado às boas práticas de responsabilidade socioambiental no âmbito da Administração Pública.

## **12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A seguir, descrevem-se os requisitos necessários para assegurar que o fornecimento dos bens atenda integralmente aos padrões de qualidade, segurança, durabilidade e conformidade técnica exigidos para os veículos:

**12.1. Conformidade técnica e estrutural:** Os veículos a serem adquiridos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando os padrões de





## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

qualidade, desempenho, segurança e estrutura definidos pelo fabricante, bem como as normas vigentes do CONTRAN, do Código de Trânsito Brasileiro e demais regulamentações aplicáveis. Deverão ser novos, zero quilômetro, sem uso anterior, apresentar perfeita conformidade estrutural, mecânica e elétrica, possuir garantia de fábrica e estar devidamente homologados pelos órgãos competentes, assegurando plena aptidão para atendimento das demandas institucionais da Administração Pública.

**12.2.Documentação completa:** Fornece toda a documentação necessária, incluindo:

- ✓ Nota fiscal e termo de recebimento (provisório e definitivo);
- ✓ Certificado de garantia e laudo técnico do fabricante;
- ✓ Manuais de especificações técnicas e controle de qualidade.
- ✓ Veículo emplacado, licenciado e com a expedição do CRLV em nome do Município, conforme CNPJ indicado no contrato.

**12.3.Responsabilidade pela entrega:** A contratada será responsável por realizar o transporte, entrega e desembarque dos veículos no local indicado pela Administração, devidamente identificados, com todos os itens e acessórios exigidos no TR, edital (e anexos) em perfeitas condições de uso, sem qualquer custo adicional ao Município. A entrega deverá ocorrer com a documentação completa exigida, em conformidade com as normas de trânsito e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

**12.4.Conformidade legal:** Os produtos devem obedecer ao disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes, garantindo os direitos dos usuários e a qualidade dos materiais entregues.

**12.5.Conformidade com normas técnicas:** os veículos a serem fornecidos deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes estabelecidas pela ABNT, CONTRAN, DENATRAN, INMETRO e demais órgãos competentes, observando rigorosamente os requisitos de segurança veicular, emissões, eficiência energética e desempenho. Não serão aceitos veículos remanufaturados, recondicionados, reformados, com quilometragem rodada, com avarias de qualquer natureza (tais como amassados, arranhões, danos na pintura, partes enferrujadas, defeitos de fabricação ou falhas nos sistemas elétrico, mecânico ou eletrônico), devendo ser novos de fábrica, ano/modelo conforme especificado no edital, entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento.

**12.6.Da vedação subcontratação:** A vedação da subcontratação na aquisição de veículos, excetuando-se unicamente a etapa de transporte, entrega e plaqueamento, configura medida alinhada aos princípios



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

da eficiência, economicidade e segurança jurídica nas contratações públicas. Ao manter a responsabilidade integral pela aquisição sob a contratada principal, a Administração Pública assegura maior controle sobre a origem, qualidade e conformidade dos veículos fornecidos, mitigando riscos relacionados à eventual perda de rastreabilidade, variação indevida de preços, falhas na documentação e possíveis desvios das especificações técnicas exigidas. Tal diretriz reforça a confiabilidade da contratação e contribui para a garantia da adequada execução contratual, conforme os objetivos do interesse público.

#### **13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**13.1.Prazos de Entrega:** Os veículos deverão ser entregues no prazo máximo de **50 (cinquenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa formal da contratada, devidamente aprovada pela Administração

**13.2.Qualidade e Segurança:** Todos os veículos deverão ser novos, de primeira linha, fabricados no ano vigente, com garantia de integridade estrutural e isentos de defeitos ou avarias.

**13.3.Condições de Substituição e Garantia:** Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Administração poderá rejeitar os itens total ou parcialmente, determinando sua substituição, em casos mais graves, rescindir a contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**Na hipótese de substituição, a contratada deverá realizar a troca no prazo máximo de 40 (quarenta) dias corridos após notificação formal, mantendo-se todas as condições originalmente pactuadas.**

**13.4.Condições de Entrega:** Caso não seja possível a entrega na hora assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas de forma imediata para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**Os bens deverão ser entregues no endereço informado na ordem de compra, no horário e dias úteis estabelecidos pela administração.**

#### **14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**14.1.**O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**14.2.**Deverá conter cláusula estipulando 12 meses de garantia para os itens que não apresentam garantia descrita no Termo de Referência.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM**

### **COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO**

- 14.3.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 14.4.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 14.5.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 14.6.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **15. FISCALIZAÇÃO:**

- 15.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica:**

- 15.2.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 15.3.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 15.4.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 15.5.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

**15.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**15.7.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa:**

**15.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**15.9.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato:**

**15.10.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).**

**15.11.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- 15.12.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 15.13.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 15.14.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 15.15.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento:**

- 16.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 16.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 16.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

**16.4.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**16.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação:**

**16.6.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**16.7.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**A data da emissão;**

**Os dados do contrato e do órgão contratante;**

**O período respectivo de execução do contrato;**

**O valor a pagar; e**

**Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.**

**16.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**16.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- 16.11.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 16.12.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 16.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 16.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.16.** O SETOR FINANCEIRO terá o direito de descontar, das faturas, quaisquer débitos da **CONTRATADA**, em consequência de penalidades aplicadas

#### **Prazo de pagamento:**

- 16.17.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 16.18.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

#### **Forma de pagamento:**

- 16.19.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 16.20.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.21.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**Independente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

- 16.22.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

##### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

- 17.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM

##### **Forma de fornecimento:**

- 17.1.2.** O fornecimento do objeto será de forma parcelada, eventual e futura.

#### **18. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### **Habilitação jurídica:**

- 18.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- 18.2. Microempendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 18.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 18.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 18.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 18.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 18.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 18.8. Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá apresentar documento de identificação (com foto) de seus sócios e de seu representante legal, em conformidade com os registros constantes no contrato social ou documentos equivalentes.**
- 18.9. Na hipótese de a empresa ser representada por procurador, será obrigatória a apresentação do respectivo instrumento de procuração, devidamente assinado pelo representante legal da sociedade, acompanhado de cópia do documento oficial de identificação tanto do outorgante quanto do outorgado.**

Obs.: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- 18.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, atualizada no ano de 2025;
- 18.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 18.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 18.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 18.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 18.15.** Prova de regularidade com a **Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 18.16.** Caso o fornecedor seja considerado **isento dos tributos** Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira:**

##### **A empresa deverá apresentar:**

- 18.17.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 18.17.1.** Quando na certidão não constar prazo de validade, somente será aceita aquela expedida em data não superior a 90 (noventa) dias de antecedência da abertura do envelope de habilitação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

**18.17.2.** Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa à recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

**18.18.** Todos os documentos contábeis deverão se referir aos 2 (dois) últimos exercícios. Ressaltamos que os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**18.19.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**18.19.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício:** Os valores lançados no balanço e nas demonstrações contábeis devem ser compatíveis entre si, assim como os cálculos dos índices solicitados neste item; A legislação comercial alerta, em seu Art. 1.184 que o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico (Demonstração do Resultado do Exercício), devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável. Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário.

**18.19.2. Nota explicativa:** A apresentação da Nota explicativa é de suma importância, pois ela compreende o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias do balanço

**18.19.3. Termo de abertura e encerramento do livro diário e balanço de abertura,** onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, fundamentado no art. 1.180 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76 e alterações;

**18.19.4. DMPL ou DLPA:** Caso a DMPL/DLPA não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitada em diligência para que possamos analisar melhor o balanço, pois esse documento evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

**18.19.5. Certificado de Habilitação Profissional – CHP** (Decore eletrônico), do responsável pelas informações contidas no Balanço Patrimonial da época do seu registro ou atualizada, certidão emitida pela internet, conforme indicado no anexo da Resolução CFC nº 1637/2021;

**18.19.6.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**18.19.7.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

**18.19.8.** Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador ou técnico contábil da empresa;

**No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial ou órgão competente;**

A comprovação da boa situação financeira dos LICITANTES deverá ser obrigatoriamente demonstrada pela obtenção dos índices contábeis retirados do balanço patrimonial, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, assinados por contador, constando o seu nome completo e registro profissional do Conselho Regional de Contabilidade nos termos da resolução CFC nº 871/2000 e suas alterações;

Índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**), e Solvência Geral (**SG**) superiores ou igual a 1 (um);

**Os índices serão calculados da seguinte forma:**

**BALANÇO PATRIMONIAL:**

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante





## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
Investimento	Capital Social
Imobilizado	(-) Gastos com Emissão de Ações
Intangível	Reservas de Capital
	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reservas de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão
	Prejuízos Acumulados

A boa situação financeira é analisada pelos índices de Balanço. Os índices observados pela Administração Pública nas licitações são:

**Índice de Liquidez Geral (LG):**

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

**Índice de Liquidez Corrente (LC):**

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

**Índice de Solvência Geral (SG):**

$$SG = \frac{ATIVO\ TOTAL}{PC + EX. LG\ PRAZO}$$

Os valores mínimos para tais indicadores são:

$LG \geq 1,0$	$LC \geq 1,0$	$SG \geq 1,0$
---------------	---------------	---------------

Os fatores constantes das fórmulas serão extraídos do balanço patrimonial exigido neste edital.

- Prova de registro na Junta Comercial ou órgão competente (contendo Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial ou órgão competente), fundamentado no art. 1.181 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02 alínea b. Observe que a regra é registrar o Livro Diário, salvo disposição especial em lei em contrário;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- b. Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado [art. 1.179](#), Lei [10.406/02](#) e [art. 177](#) da Lei nº [6.404/76](#);
- c. Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

#### **Resolução CFC nº 1.637/2021**

*Art. 1º Os profissionais da contabilidade poderão comprovar sua habilitação para o exercício profissional, por meio da Certidão de Habilitação Profissional, e a situação financeira relativa a débitos de qualquer natureza, por meio da Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).*

*§ 1º As certidões de que tratam o caput terão prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data da sua emissão.*

*§ 2º As certidões serão expedidas, exclusivamente, através do sítio eletrônico do CRC do registro originário ou do registro transferido do profissional. (....)*

**Obs.:** Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

#### **DECLARAÇÕES FINANCEIRAS POR MEIO DO SPED:**

Obrigatoriamente deverão apresentar o balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercício social exigível, apresentados na forma da lei (ano de 2021, conforme Tribunal de Contas da União (TCU) no Processo 015.817/2014-8 (Acórdão 1.999/2014, Plenário, TC 015.817/2014-8), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, sendo:

- Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário impresso em modo SPED;
- Balanço Patrimonial impresso em modo SPED;
- Declaração de capacidade financeira impresso em modo SPED ou modelo Anexo XII, ou outro que contenha os índices extraídos do balanço;
- Demonstração de Resultado do Exercício impresso em modo SPED;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- e. Dados das assinaturas dos responsáveis pela elaboração dos documentos impresso em modo SPED;
- f. Recibo de Entrega do Livro Digital impresso em modo SPED;
- g. Termo de Autenticação de Livro Digital no órgão competente impresso em modo SPED;
- h. Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

**Obs.:** Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

- i. Deverá apresentar ainda, junto ao balanço, documento contendo a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) em modo sped e Nota explicativa do balanço, todos devidamente conforme lei;

A demonstração das mutações do patrimônio líquido discriminará:

- 1) Os saldos no início do período;
- 2) Os ajustes de exercícios anteriores;
- 3) As reversões e transferências de reservas e lucros;
- 4) Os aumentos de capital discriminando sua natureza;
- 5) A redução de capital;
- 6) As destinações do lucro líquido do período;
- 7) As reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
- 8) O resultado líquido do período;
- 9) As compensações de prejuízos;
- 10) Os lucros distribuídos;
- 11) Os saldos no final do período.

#### **Documentações complementares:**

- 18.20.** Será exigida a entrega da declaração de conformidade unificada, cujo modelo acompanha este documento no anexo 1.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- 18.21.** Para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), será exigida a apresentação da declaração de enquadramento, conforme modelo do anexo 2.

#### **Qualificação Técnica:**

- 18.22.** Será exigido a comprovação de aptidão para prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 18.23.** A empresa contratada deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato e sempre que solicitado pela fiscalização, comprovação de quitação da apólice de seguro vigente, compatível com as atividades desempenhadas.
- 18.24.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o item descrito neste processo.

#### **18.24.1.REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO:**

- a. CONSOLIDAÇÃO DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA:**

#### **18.24.2.NATUREZA DOS ATESTADOS:**

✓ VEICULOS TIPO AMBULÂNCIA

#### **18.24.3.PORCENTAGEM A SER EXIGIDA:**

- l. Considerando a natureza dos itens que compõem o objeto, bem como a quantidade estimada, a qual se apresenta razoável e, em alguns casos, reduzida (inclusive com itens de apenas 01 unidade), a Administração adotará critério proporcional e razoável para fins de comprovação de capacidade técnica. Assim, será exigida comprovação de fornecimento anterior correspondente a até **50% (CINQUENTA POR CENTO) DAS QUANTIDADES**, como forma de demonstrar aptidão operacional sem restringir indevidamente a competitividade.

#### **OBSERVAÇÕES ADICIONAIS**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- i. Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.
- ii. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- iii. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.
- iv. Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;
- v. Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

#### **19. PROPOSTA READEQUADA**

**19.1.** Após declarada, empresas vencedoras deverão apresentar suas Propostas readequadas;

**19.2.** O prazo de validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

**19.3.** A proposta deve estar devidamente assinada com validação digital;

#### **20. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**20.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.255.309,98 (UM MILHÃO, DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS)**, conforme custos unitários apostos.

**20.2.** Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

#### 21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**21.1.** Considerando que a presente contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, registra-se que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a indicação de dotação orçamentária poderá ocorrer de forma posterior e vinculada à formalização de cada contrato, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, conforme a efetiva disponibilidade financeira e a necessidade da Administração no momento da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços.

**21.2.** Entretanto, considerando a existência de recurso específico oriundo da Emenda Parlamentar nº 202643560002, de autoria da Deputada Federal Dilvanda Faro, vinculada ao Plano de Ação nº 09032026-097466, destinada ao custeio parcial das futuras aquisições decorrentes da presente Ata, registra-se desde já a seguinte dotação orçamentária, a qual contemplará exclusivamente os contratos que vierem a ser executados com utilização do referido recurso:

- **EXERCÍCIO 2026**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 1010 – Fundo Municipal de Saúde

- **PROJETO/ATIVIDADE:** 10.301.0002.2072 – Manutenção do Programa de Piso Atenção Básica – Primária

**FONTE DE RECURSO:** 1601000 – Transferências SUS – Bloco de Estruturação

- **PROJETO/ATIVIDADE:** 10.302.0067.2087 – Manutenção da MACA

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:** 44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

**FONTE DE RECURSO:** 15013110 – Transferências da União – Emenda Individual

**21.3.** Registra-se, por oportuno, que a presente dotação não vincula integralmente toda a futura execução da Ata de Registro de Preços, restringindo-se apenas às contratações custeadas com os recursos acima identificados. As demais dotações orçamentárias necessárias à execução de futuros contratos decorrentes da Ata serão oportunamente indicadas quando da formalização dos respectivos instrumentos contratuais, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira vigente à época da contratação.

#### 22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**22.1.** Quanto ao fornecimento dos itens especificados, a CONTRATADA se obriga a:





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM**

### **COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO**

- 22.1.1.** Entregar os itens nos prazos acima mencionados, tão logo seja cientificada para a retirada dos empenhos; qualquer despesa inerente ao Processo de logística para entrega do material ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado;
- 22.1.2.** Entregar o produto com cópia do empenho e com informação na Nota Fiscal de lote e validade.
- 22.1.3.** Repor todas as perdas por não conformidade do (s) insumo (s); a contratada deverá substituir, em qualquer época, o produto, desde que fique comprovada a existência de inadequação ao solicitado ou qualquer não conformidade, mediante a apresentação do produto defeituoso ou proceder o ressarcimento do mesmo, não acarretando ônus para a CONTRATANTE;
- 22.1.4.** Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos produtos, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega dos mesmos à CONTRATANTE, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às temperaturas mínimas e máximas, empilhamento e umidade; os produtos poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo citado, a contar da notificação à Contratada, às custas desta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 22.1.5.** Apresentar, quando da entrega dos produtos, toda a documentação relativa às condições de armazenamento e transporte, desde a saída dos mesmos do estabelecimento do fabricante até a chegada à CONTRATANTE;
- 22.1.6.** Apresentar carta de compromisso, se responsabilizando pela troca do item, caso o mesmo não possua as exigências deste processo, na tabela dos itens, deste Termo de Referência;
- 22.1.7.** Atender com presteza às solicitações, bem como tomar as providências necessárias ao pronto atendimento das reclamações levadas ao seu conhecimento pela CONTRATANTE;
- 22.1.8.** Prestar todas as informações que forem solicitadas pela CONTRATANTE com objetivo de fiscalizar o contrato.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM**

### **COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO**

#### **23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São deveres da Contratante:

- 23.1.** Proporcionar todas as facilidades para que o prestador possa cumprir suas obrigações;
- 23.2.** Rejeitar os produtos que não atendam às especificações deste Termo de Referência;
- 23.3.** Efetuar o (s) pagamento (s) da (s) Nota (s) Fiscal (ais) / Fatura (s) da contratada, observando, ainda, as condições estabelecidas no edital de licitação;
- 23.4.** Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades detectadas no referido produto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 23.5.** Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada;
- 23.6.** Efetuar o pagamento no prazo previsto, em até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos produtos efetivamente fornecidos no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pela CONTRATANTE e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos, devidamente atestadas pelo setor competente, observadas as condições da proposta adjudicada e da Ordem de Serviço emitida.

#### **24. MODELOS DE DECLARAÇÕES EXIGIDOS**

- 24.1.** Para participação no presente certame, será obrigatória a apresentação das seguintes declarações, conforme disposições legais aplicáveis e diretrizes do Município de Ourém:
- 24.2.** Declaração de Conformidade Unificada – documento pelo qual a licitante atesta o cumprimento das condições legais, ausência de fatos impeditivos, responsabilidade pelas informações prestadas, atendimento às normas trabalhistas, reserva de cargos, proibições constitucionais e demais requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.
- 24.3.** Declaração de Enquadramento como ME/EPP – documento destinado às empresas que pretendam usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, devendo declarar seu porte e enquadramento fiscal, bem como a veracidade das informações prestadas.

Os modelos oficiais de ambas as declarações se encontram anexados ao presente Termo de Referência, devendo ser utilizados obrigatoriamente pelas licitantes, devidamente preenchidos e assinados por seu representante legal.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM**

### **COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO**

#### **25. DAS PROIBIÇÕES**

**25.1.**É proibida, por parte da CONTRATADA, durante a vigência do contrato firmado, contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal do Órgão Gerenciador e órgãos participantes deste processo;

**25.2.**A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto da Compra, salvo se houver prévia autorização da Administração do Órgão Gerenciador deste processo;

#### **26. DOS ANEXOS**

**26.1.**ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA

**26.2.**ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP

**26.3.**ANEXO III - BENEFICIO DE MARGEM DE 10% PARA ME E EPP REGIONAIS

Ourém/PA, dia 04 de maio de 2026

**Elaborado por:**

**Maria Eduarda Martins da Silva**

Assessora Técnica – T. DO S. M. DA SILVA

Focus Assessoria em Licitações e Contratos

**Ciente e aprovo:**

**ELAINY NAZARE DE SOUSA**

Secretária Municipal de Saúde de Ourém/PA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

#### ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA

##### DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal a \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ourém, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação

IV - Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

V - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social

VI - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema

VIII - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IX - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

X - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

XI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

XII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

XIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

XIV - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

XV - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Ourém/PA, \_\_ de \_\_\_\_ de 2025

---

***Representante legal***

***CPF n° \_\_\_\_***



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

#### ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP

##### **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal a \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ourém, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- I- Está regularmente enquadrada como [Microempresa/Empresa de Pequeno Porte], nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- II- No último ano-calendário encerrado, sua receita bruta foi compatível com os limites legais de enquadramento;
- III- No ano-calendário da realização da presente licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública que, somados, ultrapassem a receita bruta máxima admitida para Empresa de Pequeno Porte (R\$ 4.800.000,00), se estiver nesse enquadramento;
- IV- Está ciente de que a falsidade desta declaração sujeita a empresa às sanções previstas na legislação vigente.

A presente declaração é firmada para que produza todos os efeitos legais, atestando a veracidade das informações aqui prestadas, sujeitando-se a empresa às sanções cabíveis em caso de falsidade.

Ourém/PA, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
**Representante legal**  
**CPF nº \_\_\_\_\_**





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM**

### **COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO**

#### **ANEXO III - APLICAÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 10% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE REGIONAIS**

Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ourém/PA, a Administração opta pela adoção de benefício regional em favor de microempresas e empresas de pequeno porte, afastando a aplicação de benefício estritamente local, por se tratar da alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, jurídico e operacional.

A não adoção do benefício local fundamenta-se no fato de que o objeto apresenta especificações técnicas específicas e padronizadas, envolvendo veículos automotores adaptados para uso em saúde, cuja fabricação, fornecimento e adequação demandam estrutura técnica especializada, capacidade operacional e atendimento a normas regulatórias. Nesse cenário, a limitação do benefício ao âmbito exclusivamente municipal poderia restringir indevidamente a competitividade, reduzindo o universo de fornecedores aptos e comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa.

Por sua vez, a adoção do benefício regional permite ampliar a base de fornecedores, contemplando empresas inseridas em polos logísticos e comerciais próximos, garantindo maior viabilidade de atendimento, melhor estrutura técnica e maior segurança na execução contratual, sem prejuízo da competitividade.

#### **DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO BENEFÍCIO REGIONAL**

Para fins de aplicação do benefício regional, será considerada como área de abrangência o eixo logístico rodoviário entre os Municípios de Ourém e Belém, tendo em vista que essa rota constitui o principal corredor de circulação de mercadorias e serviços utilizado para abastecimento do município.

Assim, serão considerados fornecedores regionais aqueles sediados nos seguintes municípios: Ourém, Santa Maria do Pará, Castanhal, Santa Izabel do Pará, Benevides, Ananindeua e Belém.

A definição desse recorte territorial decorre da integração econômica e logística existente entre essas localidades, as quais concentram empresas com capacidade técnica e operacional compatível com o fornecimento do objeto, além de possibilitar maior eficiência na entrega e assistência técnica.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM**

### **COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO**

#### **JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ADOÇÃO DO BENEFÍCIO REGIONAL**

A adoção da margem de preferência regional visa equilibrar o estímulo ao desenvolvimento econômico regional com a necessidade de garantir eficiência e competitividade na contratação.

No caso concreto, verifica-se que a aquisição de ambulâncias exige fornecedores com capacidade técnica específica, incluindo fabricação ou adaptação veicular conforme normas do Ministério da Saúde e do CONTRAN, o que limita naturalmente o universo de empresas aptas. Nesse contexto, a ampliação do benefício para o âmbito regional permite manter a competitividade do certame sem comprometer a qualidade do objeto.

A medida encontra respaldo nos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como nos princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento regional sustentável, à eficiência administrativa e à seleção da proposta mais vantajosa.

#### **FUNCIONAMENTO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA REGIONAL DE 10%**

Durante a fase de julgamento das propostas, caso a proposta de menor valor seja apresentada por empresa não enquadrada como regional, será verificada a existência de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada na região definida que tenha apresentado proposta com valor até 10% superior à melhor proposta válida.

Verificada essa condição, será assegurada prioridade à empresa regional, desde que atendidas todas as exigências técnicas e de habilitação previstas no edital.

#### **REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO**

Para usufruir da margem de preferência regional, a licitante deverá comprovar sede ou filial ativa em município integrante da região definida, declarar corretamente seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar proposta dentro do limite percentual estabelecido e atender integralmente às exigências técnicas e de habilitação.

Declarações falsas quanto ao enquadramento ou à condição regional sujeitarão a licitante às sanções cabíveis, inclusive desclassificação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

### COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

#### **EXEMPLO PRÁTICO — APLICAÇÃO DA MARGEM REGIONAL**

Suponha-se que a melhor proposta apresentada no certame seja de empresa não regional, no valor de R\$ 170.000,00 por unidade. Caso uma microempresa regional apresente proposta de até R\$ 187.000,00 (10% superior), poderá exercer o direito de preferência, desde que atenda integralmente às exigências do edital.

#### **1.1. DISPENSA DE APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE COTA RESERVADA E ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Considerando a natureza e as características do objeto, a Administração conclui pela inaplicabilidade dos benefícios de cota reservada e de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.

A aquisição de ambulâncias exige padronização técnica rigorosa, tanto em relação às especificações dos veículos quanto às adaptações internas, equipamentos e sistemas de segurança. A eventual divisão do objeto em cotas poderia gerar fragmentação do fornecimento, dificultar a uniformidade da frota e comprometer a eficiência operacional, especialmente no que se refere à manutenção, reposição de peças e gestão dos veículos.

Além disso, a natureza do objeto demanda fornecimento completo e integrado, o que se mostra incompatível com a divisão entre múltiplos fornecedores, podendo gerar riscos à qualidade, à compatibilidade técnica e à execução contratual.

Importa destacar que a Lei Complementar nº 123/2006 condiciona a aplicação dos benefícios à viabilidade técnica e econômica da contratação, não sendo obrigatória quando sua adoção puder comprometer a competitividade, a eficiência ou a obtenção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, a não aplicação de cotas reservadas ou exclusividade para ME/EPP mostra-se medida técnica e juridicamente adequada, preservando a competitividade, a padronização do objeto e a eficiência da contratação, sem prejuízo da participação dessas empresas no certame em igualdade de condições.